

ORGANIZAÇÃO
ANDRÉ ELIAS MORELLI RIBEIRO
JÚLIA LOMBARDI CARNEIRO
MARCUS VINÍCIUS DO AMARAL GAMA SANTOS
ARTHUR ARRUDA LEAL FERREIRA

BOLETIM DO PORTAL HISTÓRIA DA PSICOLOGIA 3



© 2024

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora do Portal História da Psicologia

Equipe de realização

Editor Responsável: André Elias Morelli Ribeiro

Revisão final: André Elias Morelli Ribeiro e Júlia Lombardi Carneiro

Capa: André Elias Morelli Ribeiro e Neil Ângelo Santos, com auxílio de imagens geradas por inteligência artificial (DALL-E 3)

Projeto gráfico e diagramação: André Elias Morelli Ribeiro

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Pâmella Priscilla Negrão
Braga CRB-7/6062

B688 Boletim do Portal da História da Psicologia 3. / Organização
 André Elias Morelli Ribeiro et. al. – Rio das Ostras, RJ: 2024.
 p.219 : em PDF.

E-book.

ISBN: 978-65-997325-4-6

DOI: 10.5281/zenodo.14511624

Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Brasil - História. 2. Psicologia I. Ribeiro, André Elias Morelli Ribeiro (Organizador). II. Carneiro, Julia Lombardi (Organizador). III. Marcus Vinicius do Amaral Gama Santos (Organizador). IV. Ferreira, Arthur Arruda Leal (Organizador). V. Título

CDD 150.9

Sumário

Tradução

Universalismo e Indigenização na História da
Psicologia Moderna...13

Verbetes

William James...45

O Caso dos Irmãos Reimer...84

Experimento de Aprisionamento de Stanford...107

Teste de Apercepção Temática (TAT)...136

John E. Douglas...166

CAPS Clarice Lispector...184

Resenha

Locuras en Primera Persona, de Rafael Huertas...197

Sobre os Autores...209

CAPS Clarice Lispector

Stella Costa Angelo

Amanda Albernaç de Freitas

Maurício Coutinho Pereira

Raphaela Silveira de Oliveira

Lucas Vieira Coutinho

Lorenzo Miguel Donato de Oliveira Santos

Arthur Arruda Leal Ferreira

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Clarice Lispector é uma unidade de saúde mental localizada no Rio de Janeiro e oferece serviços de atenção e atendimento psicossocial para pessoas em sofrimento psíquico grave, além de possuir caráter territorial. A trajetória do CAPS Clarice Lispector remete à Zona Norte do Rio de Janeiro, mais especificamente ao bairro do Engenho de Dentro, onde o referido CAPS atualmente se situa. De forma mais precisa, ele se situa no espaço do antigo Centro Psiquiátrico Pedro II, o qual foi um dos maiores e mais antigos hospitais do setor no Brasil. Esse, por sua vez, remonta ao Hospício Pedro II, que foi a primeira instituição psiquiátrica do Brasil — localizada no atual campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro na Praia Vermelha — para o tratamento de pessoas avaliadas na época como alienadas. Ou seja, a história do CAPS Clarice Lispector remonta em algumas linhas à história da mais antiga instituição de tratamento de saúde mental no Brasil.

História

História entre 1830 e 1930

Essa história teve início a partir da década de 1830, quando médicos do então Distrito Federal do Brasil, atual Rio de Janeiro, começaram a debater a necessidade de criar um manicômio para tratar pacientes com doenças mentais, visto que, com a ausência de um espaço específico para essa demanda, esses pacientes eram presos ou enviados para a Santa Casa de Misericórdia. A Santa Casa, assim, desempenhou um papel chave na institucionalização e implantação dos aparatos psiquiátricos, além da mobilização para a construção do Hospício Pedro II. É importante igualmente destacar que o Código criminal de 1832 igualmente já previa em seu artigo 12º uma casa destinada aos loucos que tivessem cometido crimes (BRASIL, 1832).

Nada obstante esses debates iniciais, foi somente em 1838 que a primeira iniciativa surgiu de forma clara e objetiva visando a criação de um espaço próprio para o manejo da loucura no Brasil. Tal proposta encontra-se em um relatório da Comissão de Salubridade da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Porém, apenas em 18 de julho de 1841, dia da Sagração de Dom Pedro II como imperador, foi decretada a construção de um hospital próprio para os ditos alienados, a saber, o chamado Hospício Pedro II. Esse começou como um anexo da Santa Casa de Misericórdia até ser concluída sua construção, em 1852, na então Praia da Saudade, atual Urca/ Praia Vermelha, na zona sul da cidade.

Após a Proclamação da República, em 1889, ele foi renomeado como Hospício Nacional de Alienados e,

posteriormente, Hospital Nacional de Alienados (HNA). Esse processo de modificação na nomenclatura se deu a partir do decreto Nº 142-A de 11 de janeiro de 1890, decreto esse que foi também responsável pela retirada da Santa Casa da Misericórdia da direção do hospital, transferindo-a para a classe médica. Segundo o decreto:

(...) após considerar a criação de uma assistência para alienados e constatar o fim dos motivos para manter o Hospício Pedro II sob controle da Santa Casa da Misericórdia, resolve (...) desanexá-lo daquele hospital [A Santa Casa] e constituí-lo estabelecimento público independente, com a denominação de Hospício Nacional de Alienados, que se regerá por instruções que serão oportunamente expedidas (...)

Ao longo dos anos, houve diversas mudanças administrativas e na direção do HNA, com figuras consideradas proeminentes da psiquiatria brasileira ocupando seus cargos de direção. Dentre eles, pode-se citar João Carlos Teixeira Brandão, de 1887 até 1901, tendo sido responsável pela criação do Pavilhão de Observação, que, articulado à cadeira de Clínica Psiquiátrica, promoveu a associação entre a formação acadêmica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a formação prática do HNA. Além desse, pode ser citado Juliano Moreira, que permaneceu no cargo de 1903 até 1930 e empenhou-se para adequar a estrutura do estabelecimento às tendências científicas da época.

Estabelecimentos anexos/criação das colônias

Com o intuito de lidar com a superpopulação do hospital (HNA), foram estabelecidos anexos, como as Colônias da Ilha do Governador, de São Bento e da Barão de Mesquita, instituídos a partir do decreto N^o206-A, de 15 de fevereiro de 1890, todas dentro de um regime de internação. Em 1923, essas colônias foram substituídas pela Colônia Agrícola de Jacarepaguá, onde hoje há o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira.

A principal diferença entre os pacientes que se dirigiam ao HNA e dos que iam para as Colônias fica explicitada no terceiro artigo do supramencionado decreto: enquanto o HNA, estabelecimento central da Assistência aos Alienados, é destinado aos doentes pensionistas curáveis ou incuráveis cuja estadia é custeada pelo Estado ou por familiares; as Colônias, por sua vez, são:

[...] exclusivamente reservadas para os alienados indigentes, capazes de se entregarem à exploração agrícola e às indústrias [...]. Sendo assim, o que era para ser uma alternativa ao modelo asilar o Hospício se tornou uma extensão pouco auspiciosa do mesmo para onde eram remetidos os indivíduos identificados como casos crônicos e pouco alvissareiros. (MACHADO; GOMES; FERREIRA, 2023, p. 4)

Desta feita, fica evidente que os doentes nas Colônias são aqueles que podem – e devem – trabalhar. Uma série de outros

decretos reforçam a diferença entre os pacientes que circulavam pelo HNA e os que circulavam pelas Colônias. No Decreto Nº 8.834 de 11 de julho de 1911, o qual cria a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, em seu artigo 74 é claro ao afirmar que: “As colônias serão reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospital Nacional e capazes de entregar-se à exploração agrícola e outras pequenas indústrias.”

Nesse cenário, em 1911, foi aberta, destinada às mulheres, a Colônia de Engenho de Dentro, essa é de suma importância na história do que, anos mais tarde, viria a se localizar o CAPS Clarice. A referida colônia, entre os anos de 1923 e 1937 passou a ser denominada Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, posteriormente, modificou a sua nomenclatura de Colônia Gustavo Riedel e, já em 1938, passou a denominar-se Centro Psiquiátrico Nacional. Inicialmente, a criação dessa colônia também se deu para atender à demanda de superlotação do Hospital Nacional de Alienados, tendo como diretor Simplício de Lemos Braule Pinto, de 1911 a 1918 e, em seguida, Gustavo Kholer Riedel entre 1918 e 1932.

Em outro verbete da WikiHP, intitulado "Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas de Engenho de Dentro", há a seguinte descrição:

A colônia se destina a pacientes do HNA mulheres, indigentes e aptas a trabalhar, uma vez que o trabalho era tido como estratégia terapêutica. Além disso, pretendia-se também estender ao subúrbio serviços de prevenção e higiene mental, o que, mais tarde, acarretou

na oferta gratuita de assistência médica para a comunidade no entorno devido a surtos de doenças no período.

Saída da Praia Vermelha para o bairro do Engenho de Dentro

Portanto, a essa altura da história tem-se o Hospital Nacional dos Alienados, na Praia Vermelha, e a Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, que após diversas alterações de nomes, em 1938, chamava-se Centro Psiquiátrico Nacional. Foi em 1938 que o Dr. Adaauto Botelho propôs a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais, resultando na transferência dos pacientes do HNA, que a essa altura já estava muito sobrecarregado, para o Centro Psiquiátrico Nacional (CPN) em 1943. Segundo o site do Centro Cultural do Ministério da Saúde:

Em 1938, o Dr. Adaauto Botelho ao assumir a direção da Assistência aos Alienados transferiu os doentes do Hospício Nacional de Alienados para o Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro, antiga Colônia de Alienadas. A Urca, bairro onde se localizava o antigo hospício havia tornado-se bairro residencial, portanto, não sendo mais conveniente a presença do hospício no local. (mostra virtual "Hospício de Pedro II: da construção à desconstrução)

O verbete “Hospital Nacional de Psicopatas 1927-1943”, de Cristiana Facchinetti, presente no Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil, explica que:

[...] a transferência efetivou-se em 1943 com a desativação das instalações do antigo Hospício Nacional de Alienados e sua incorporação pela Universidade do Brasil. O fim do Hospital Nacional de Alienados foi resultado da reestruturação do Ministério de Educação e Saúde (1937), que envolveu a criação do Serviço Nacional de Doenças Mentais, em 1941. Na Praia Vermelha ficaram, sob a responsabilidade da Universidade do Brasil, o Pavilhão de Observação e Diagnósticos (nomeado de Instituto de Psicopatologia) e o Instituto de Neurosífilis, que se tornaram, respectivamente, o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Philipe Pinel, inclusive o Pavilhão de Observação e Diagnóstico, que passou a se denominar Instituto de Psicopatologia, onde atualmente é o Instituto de Psiquiatria da UFRJ. (FACCHINETTI, 2011 p. 252)

Em 1965, o Marechal Castello Branco, através do Decreto-lei 55.474, criou a denominação para o Centro Psiquiátrico Nacional, que passou a ser intitulado Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII). Em dezembro de 1999, o CPPII foi municipalizado e, a partir de 5 de setembro de 2000, através do Decreto 18.917, passou à denominação de Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS).

História a partir da década de 1990

Desta história de longa duração são produzidos dois cortes na década de 1990: o primeiro na própria orientação nas políticas de assistência em saúde mental com a institucionalização de serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, como os Centros de Atenção Psicossociais (os CAPS), conforme o movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Além do corte na orientação dos serviços, há um corte espacial localizado na enfermaria feminina do hospital, prioritariamente com os grupos de profissionais responsáveis por atender usuários com internações recorrentes. Os pacientes atendidos, em grande parte, provinham de enfermarias na Baixada Fluminense e passaram a ter assistência garantida no CPPII, através do chamado “Grupo de Egressos”. O referido grupo tinha como objetivo buscar outras alternativas além das internações e, para atingir esse fim, os atendimentos semanais poderiam se desdobrar em visitas domiciliares e acompanhamentos às crises. A partir de 1998, com aumento da necessidade de cuidados, abre-se um espaço no terraço do prédio de enfermarias para a realização de grupos e oficinas, integrando não só o Grupo de Egressos, mas também contando com a participação dos internos, especificamente daqueles que são pacientes de longa internação. Nesse mesmo momento, está ocorrendo a Municipalização do Centro Psiquiátrico Pedro II, assim, a instituição, em 1999, passa a se chamar (IMASNS), enquanto o prédio de enfermarias é renomeado de “Unidade Hospitalar Professor Aduino Botelho” para “Casa do Sol”.

Não obstante essas modificações, esse espaço para a realização de grupos e oficinas ainda era mantido informalmente, o

que trazia problemáticas, havia a necessidade de conhecer os novos integrantes e suas histórias, que se expandiam para além dos limites do Grupo de Egressos, levando a equipe a buscar a consolidação de um lugar institucional. Diante dessa necessidade de formalização, em 2000, são formadas as bases do serviço que continuaria funcionando dentro do IMASNS por mais 5 anos - o então nomeado Centro de Convivência. Esse se estabelece com o objetivo de ultrapassar o lugar de um espaço de convivência para se implicar formalmente no tratamento de cada um dos usuários. No meio desse processo, há a chegada de novos profissionais concursados, que se fez possível diante da municipalização do CPPII, e com a presença de um supervisor de equipe passa a haver uma implementação de institucionalidade e de discussão permanente das estratégias de cuidado com os usuários.

O novo serviço foi instituído sob a gerência de Edmar Oliveira, e a Subgerência de Atenção Psicossocial ficou a cargo de Marcos José Martins. Dessa forma, os antigos serviços de atenção diária passaram a se alinhar ao trabalho da direção do futuro CAPS Clarice Lispector. Foi então decidido, a partir das características prévias dos 3 serviços de atenção diária que funcionavam no instituto - Casa D'Engenho, Espaço Aberto ao Tempo e Centro de Convivência -, que o Centro de Convivência seria responsável pelos pacientes (ou usuários, numa linguagem mais atual, mas usaremos o termo pacientes devido à época) institucionalizados do Nise e pelos pacientes externos, o que consolidou a permanência de seu espaço dentro do próprio instituto, uma vez que consideravam que os pacientes não frequentariam o serviço se não fosse dentro do próprio Nise. Seguindo essa lógica, o Centro de Convivência ficou

responsável pelo próprio bairro do Engenho de Dentro e por bairros vizinhos, como Água Santa, Encantado e Liberdade. No entanto, os desafios de se operar no espaço o andar térreo de onde viviam muitos dos residentes do hospital logo apareceram. Sendo um ambiente sem portas e um espaço onde muitos dos pacientes já costumavam frequentar, colocou-se a necessidade de estabelecer fronteiras entre esse novo espaço e as enfermarias. Também foram discutidas formas de trabalho conjunto dada a percepção de uma diferença de relação entre os pacientes institucionalizados e os externos, o que, até a inauguração do CAPS, implicou em várias ações e desenhos de trabalho conjunto, resultando em um arranjo particular para este CAPS.

Da efetiva inauguração do CAPS Clarice Lispector

Em 2004, há a possibilidade de mudança do espaço físico desse serviço com o intuito de se desvencilhar do hospital. Esse processo se fez a partir de uma articulação entre diversas instâncias gestoras, a saber: a Coordenação do CAPS, a Direção do Instituto Nise da Silveira, a Assessoria de Saúde Mental da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) e a Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, culminando assim na criação de uma instituição nos moldes dos demais CAPS do Rio de Janeiro.

A inauguração do CAPS Clarice Lispector, realizada no dia 23 de maio de 2005, no bairro do Encantado, trouxe as marcas difusas de um espaço refeito e construído a partir da articulação entre o Programa de Moradia do Instituto Nise da Silveira (cuja orientação era marcada pelo viés da desinstitucionalização dos

usuários) e a coordenação do CAPS. A partir dessa implementação, o CAPS passa por processos semelhantes a de outros centros de atenção no que tange às variações nas políticas municipais de saúde e a discussões de caráter nacional, que dizem respeito aos próprios destinos da reforma. No entanto, é importante destacar que a localização dentro do próprio complexo do instituto Nise da Silveira auxilia em alguns processos referentes à tomada de decisão e mesmo o suprimento do corpo técnico para as equipes multidisciplinares. Vale também destacar a mudança para CAPS III durante a pandemia de Covid-19. Assim pode ser caracterizada a história do CAPS Clarice Lispector: uma curta história em corte com as práticas manicomiais, mas em conexão com territórios, espaços e heranças dos antigos asilos.

Conclusão

Assim pode ser caracterizada a história do CAPS Clarice Lispector: uma exemplificação histórica e prática a respeito do manejo da loucura no Brasil. Temos assim uma curta história em corte com as práticas manicomiais, mas ao mesmo tempo em conexão com territórios, espaços e heranças dos antigos asilos.

Referências

AS COLÔNIAS: Hospício de Pedro II.

BRASIL, **Código do Processo Criminal do Imperio de 1832**. Lei de 29 de dezembro de 1832. Coleção das Leis do Brasil.

DECRETO No 142-A, DE 11 DE JANEIRO DE 1890.

FACCHINETTI, CRISTIANA. Hospital Nacional de Psicopatas 1927-1943. In. JACÓ-VILELA, A. M (Org.). **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago Editora Conselho Federal de Psicologia, 2011.

MACHADO, F; GOMES, D. Lima Barreto e Bispo do Rosário: narrativas de resistência em meio a confinamentos. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. 8, 6 set. 2021.

MACHADO, F; GOMES, D; FERREIRA, A. O trabalho como gesto criativo :discutindo a ressocialização através do trabalho a partir da história das Colônias Agrícolas para Alienados no Brasil. **Revista Scientiarum Historia**, v. 1, p. e423–e423, 31 dez. 2023.

MACEDO, Marta; RECHTAND, Mauro; e MIRA, Karina. Pensando o cuidado dentro e fora – a criação do CAPS Clarice Lispector In: **Archivos contemporâneos do engenho de dentro**. Rio de Janeiro. Editora MS. 2007. p. 71 - 81

SILVA, C. Colônia de Alienados de Engenho de Dentro (1911-1932). XXIX Simpósio de História Nacional. Anais... Em: COLÔNIA DE ALIENADOS DE ENGENHO DE DENTRO (1911-1932). Brasília, DF: 2017.

The background is a complex collage of various geometric shapes and patterns. It includes concentric circles, triangles, squares, and lines in a muted color palette of pinks, blues, greys, and blacks. Some elements resemble technical drawings or architectural plans, while others are more organic and abstract. A central orange rectangle contains the main text.

O Boletim do Portal História da Psicologia é uma publicação anual da Editora do Portal História da Psicologia, braço editorial do Portal História da Psicologia. O Boletim tem o objetivo de trazer materiais inéditos e reedições que colaborem com o debate acadêmico, a pesquisa, o ensino e extensão em história da psicologia. Este terceiro volume traz traduções, resenha e verbetes originais de temas relevantes e atuais para o contexto da psicologia contemporânea e o campo brasileiro de estudo em história da psicologia